

**SEMINÁRIO TEOLÓGICO DO NORDESTE
MEMORIAL IGREJA PRESBITERIANA DA CORÉIA**

CURSO DE BACHAREL EM TEOLOGIA

A NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO

André Aloísio Oliveira da Silva

Trabalho apresentado ao Rev. Maely
Vilela para avaliação na disciplina
História do Pensamento Cristão 1.

TERESINA
Junho de 2012

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. NECESSIDADE RELATIVA.....	4
3. NECESSIDADE ABSOLUTA.....	5
4. A NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO NA HISTÓRIA DA IGREJA.....	6
4.1. PATRÍSTICA.....	6
4.2. ESCOLÁSTICA.....	7
4.3. REFORMA.....	8
5. CONCLUSÃO.....	10
6. BIBLIOGRAFIA.....	11

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em salvação, um assunto extremamente importante e pertinente que deve ser levado em consideração é a expiação. A expiação pode ser definida em termos gerais como “a obra que Cristo realizou em sua vida e morte para obter nossa salvação” (GRUDEM, 1999, p.471).

Quando se trata da expiação, por sua vez, uma discussão que lança muita luz sobre a sua natureza é aquela que envolve a necessidade da expiação. Por que, para salvar o homem, Deus optou por esse plano de salvação e não por outro? Por que Ele não salvou o homem meramente por um decreto de Sua vontade? Era realmente necessário que Cristo se tornasse homem, morresse e, essa morte fosse numa cruz?

No decorrer da história da Igreja, essas perguntas foram respondidas basicamente de duas formas, que recebem o nome de necessidade relativa (ou necessidade hipotética) e necessidade absoluta (ou necessidade consequente) da expiação.

A proposta deste trabalho será, em primeiro lugar, apresentar essas duas posições sobre a necessidade da expiação, em seguida, mostrar como elas foram defendidas no decorrer da história por diversos teólogos, especialmente nos períodos da Patrística, da Escolástica e da Reforma, e finalmente, concluir com uma rápida avaliação de qual posição se harmoniza melhor com o ensino bíblico.

2. NECESSIDADE RELATIVA

A posição conhecida como necessidade relativa afirma que Deus não precisava ter salvado o homem, e que, tendo decidido salvá-lo, poderia tê-lo feito sem que houvesse expiação, se Ele assim desejasse. Havia outros meios disponíveis para que Deus salvasse o homem, já que nada é impossível para Ele. Deus não precisava enviar Seu Filho ao mundo para que morresse e, isso numa, cruz. Não existe uma necessidade inerente à natureza de Deus, nem à natureza do pecado, que exija uma expiação para que o homem possa ser salvo.

Apesar disso, Deus desejou salvar o homem por meio de uma expiação e para isso fez um plano de salvação no qual a expiação estava incluída. Deus decretou que Seu próprio Filho se tornasse homem e morresse, para que o homem fosse salvo. Assim, por causa da vontade de Deus, a expiação se tornou necessária. Mas essa necessidade é relativa, porque ela não era o único meio que estava à disposição de Deus. Ele a escolheu porque quis e é a Sua vontade e decreto que a tornam necessária.

3. NECESSIDADE ABSOLUTA

Também para a posição chamada de necessidade absoluta, Deus não era obrigado a salvar o homem. A necessidade da expiação não é absoluta no sentido de que Deus deveria necessariamente providenciar salvação para o homem. Se Deus quisesse, Ele poderia ter deixado o homem em seu estado de pecado e morte. Por necessidade absoluta da expiação se quer enfatizar que, tendo Deus desejado e decidido salvar o homem do seu pecado, Ele necessariamente precisava fazer isso por meio da expiação. Não havia outros meios de salvação disponíveis para que Deus salvasse o homem. Ele foi, por assim dizer, obrigado a providenciar a salvação por meio da encarnação e morte de Seu Filho, por uma necessidade oriunda de Suas próprias perfeições. Assim, a salvação do homem é fruto da vontade de Deus, porque Ele não precisava salvá-lo, mas a forma como essa salvação deveria ser realizada é uma necessidade inerente à natureza de Deus e, assim, uma necessidade absoluta.

Alguns preferem o uso do termo “necessidade consequente” para expressar essa posição, tendo em vista as dificuldades que o termo “necessidade absoluta” levanta. Chama-se necessidade consequente porque, como foi apontado acima, a expiação passa a ser necessária, tendo em vista a natureza de Deus, apenas depois que Deus decide salvar o homem, como uma consequência necessária dessa decisão.

4. A NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO NA HISTÓRIA DA IGREJA

Na história da Igreja, os dois conceitos expostos acima, o da necessidade relativa e o da necessidade absoluta, são defendidos por diferentes pensadores cristãos, especialmente nos períodos da Escolástica e da Reforma, mas também os vemos de forma incipiente na Patrística. Por questão de tempo e espaço, apenas as posições de alguns teólogos representativos serão apresentadas.

4.1. PATRÍSTICA

No período da Patrística ainda não vemos a questão da necessidade da expiação muito clara nos escritos dos cristãos, pois quem primeiro levantou a questão explicitamente foi Anselmo, no início da Escolástica.

Ireneu de Lião (130-200) parece defender a necessidade absoluta da expiação, com sua teoria da recapitulação. Segundo ele, por meio de Sua encarnação e vida, Cristo reverteu tudo o que Adão fez, compensando a desobediência de Adão com Sua obediência, e agora, como cabeça de uma nova humanidade, transmite a vida a todos os que estão unidos a Ele, assim como Adão transmitiu a morte a todos os seus descendentes. Nesse esquema, a expiação aparece como absolutamente necessária para que o homem seja salvo e obtenha vida eterna.

Orígenes (185-254) já não é muito claro sobre a questão da necessidade da expiação e talvez nem tenha pensado nisso. Entre as muitas teorias da expiação que ele apresentou em suas obras, ele defende a teoria do resgate pago a Satanás. A expiação teria sido um resgate pelo pecado, e o preço desse resgate foi o próprio Cristo, que se ofereceu como pagamento a Satanás. Porém, Satanás foi iludido nessa transação, porque não se dando conta de que Cristo não era apenas homem, mas também Deus, não pode manter seu domínio sobre Ele, e assim Cristo libertou também as almas que estavam sob o poder do diabo.

Para Atanásio (296-373), no tratado *De Incarnatione* (Da Encarnação), a expiação é relativamente necessária. O Filho de Deus pagou a dívida do homem ao sofrer a pena imposta ao pecado e isso era necessário para a salvação, mas essa necessidade se baseia na veracidade de Deus, e não em Sua justiça. É necessária porque Deus prometeu essa expiação e não porque algo na própria natureza de Deus a exija.

Agostinho de Hipona (354-430) também via a expiação como um resgate pago a Satanás, mas entendia que Deus poderia ter salvado os pecadores de outra maneira, tendo a expiação uma necessidade apenas relativa.

Finalmente, Gregório Magno (540-604), o primeiro papa medieval, entendia que somente um sacrifício poderia apagar o pecado, esse sacrifício deveria ser de um homem e, como nenhum homem era isento de pecado, o Filho de Deus se encarnou para ser esse sacrifício. Isso parece indicar uma necessidade absoluta da expiação. Sua visão da expiação também envolvia um resgate pago a Satanás, como pensava Orígenes e outros.

4.2. ESCOLÁSTICA

O primeiro a falar diretamente sobre a necessidade da expiação foi Anselmo de Cantuária (1033-1109). Para Anselmo, em sua obra *Cur Deus Homo* (Por que Deus se fez

homem?), a expiação tem uma necessidade absoluta e essa necessidade se fundamenta em um atributo imanente e necessário de Deus, que é a Sua honra. Sua visão da expiação pode ser resumidamente explicada como segue¹: Anselmo entendia que o homem natural deve obediência a Deus, mas como ele pecou, desonrou a Deus e contraiu uma dívida. Por causa disso, Deus precisa ter Sua honra restaurada e, para isso, Ele poderia punir o homem pelos seus pecados ou exigir uma satisfação. Deus escolhe o caminho da satisfação, no qual era necessário que o homem obedecesse a Deus e pagasse algo superior à dívida que contraiu. Como a honra de Deus é infinita, segue-se que a dívida contraída pelo homem é também infinita e está além da capacidade do homem saldá-la. Por isso, Deus precisou se fazer homem, na pessoa de Seu Filho, para Ele mesmo fazer reparação de Sua honra. Era necessário que aquele que fizesse a reparação fosse Deus, porque apenas Deus, que é infinito, poderia pagar algo superior à dívida contraída, também infinita; era necessário que Ele fosse homem, porque como foi o homem quem contraiu a dívida, ele é quem deveria pagá-la; e era necessário que esse homem não tivesse pecado, porque ele não poderia estar endividado para pagar a dívida. Esse Deus-Homem, que é o Senhor Jesus Cristo, reparou a honra de Deus, obedecendo-O e pagando algo superior à dívida contraída, quando voluntariamente se entregou à morte, sem merecê-la, pois não tinha pecado. A obra de Cristo foi um pagamento muito superior ao da dívida contraída pelo homem, de modo que Deus é obrigado a recompensar tal obra. Mas como o Filho não precisa de nada, a recompensa que seria dada a Ele é dada ao homem pecador, na forma de perdão de pecados e vida eterna. Apesar de essa teoria, chamada teoria comercial da expiação, apresentar alguns problemas, pode-se dizer que Anselmo foi o homem que mais contribuiu para um entendimento bíblico da expiação, desde a era apostólica até o momento em que viveu.

Pedro Abelardo (1079-1142) discordou de Anselmo quanto à expiação e apresentou outra teoria. Segundo ele, Deus é amor e não precisa de satisfação alguma para perdoar o homem. Deus poderia ter perdoado o homem dos seus pecados mesmo que Cristo não tivesse morrido. A única coisa que Deus exige do homem pecador é a penitência. Assim, a morte de Cristo tem apenas o objetivo de acender o amor no coração dos pecadores, de modo que, ao olhar para o exemplo de Cristo, o pecador achega-se a Deus em penitência e recebe o perdão de pecados. Nesse esquema, a expiação não parece necessária, e se há alguma necessidade ela é apenas relativa.

Os demais escolásticos, antes dos nominalistas, em geral misturavam várias das teorias da expiação apresentadas até agora, especialmente as teorias de Anselmo e de Abelardo. Quanto à necessidade da expiação, Bernardo de Claraval e Pedro Lombardo parecem vê-la apenas como relativa, enquanto Boaventura, mais anselmiano, a entendia como absolutamente necessária.

Tomás de Aquino (1225-1274) também combinava várias teorias da expiação. Ele entendia que a expiação não era absolutamente necessária, pois Deus poderia ter permitido que a humanidade percesse em seus pecados e também poderia ter salvado os homens sem qualquer satisfação adequada. Mas por um ato de Sua vontade, Deus decidiu exigir reparação, o que fez a encarnação de Cristo necessária, pois um mero homem jamais poderia satisfazer um Deus infinito. Assim, a expiação tem uma necessidade relativa.

¹ Essa explicação segue as linhas gerais de Louis Berkhof, em sua obra *A história das doutrinas cristãs*.

Finalmente, Duns Scotus (1265-1308), um escolástico representante do nominalismo, é o teólogo que menos necessidade via na expiação. Nada há na natureza de Deus que torne a expiação necessária. Ela se fez necessária apenas porque Deus assim quis, mas não era necessário que Deus a quisesse. Ele poderia ter salvado o homem de qualquer outra forma e a expiação poderia ser realizada de outra maneira. Um anjo poderia ter feito expiação pelo pecado de um homem e Deus poderia ter se encarnado em outra criatura que não fosse o homem. Tudo dependeu da vontade arbitrária e contingente de Deus. Assim, segundo Berkhof, em sua Teologia Sistemática (p.338), para Duns Scotus a expiação não era necessária, nem absoluta, nem relativamente, porque, apesar de Scotus dizer que ela se tornou necessária porque Deus assim quis, essa vontade de Deus é tão arbitrária que independe até de Sua natureza.

4.3. REFORMA

Os reformadores foram profundamente influenciados pela teoria comercial da expiação de Anselmo e a aperfeiçoaram. Eles entenderam o pecado não como um insulto contra a honra de Deus, mas como uma transgressão da Lei de Deus, que se constitui em culpa. Como Deus é justo, Ele precisa punir o pecado, para que Sua justiça seja satisfeita. Eles não viam punição e satisfação como duas possibilidades que se excluía mutuamente. Deus decidiu providenciar salvação ao homem, por meio de Seu Filho, e essa salvação foi alcançada por meio de uma satisfação da justiça de Deus, que envolveu punição. Assim, a expiação de Cristo foi, ao mesmo tempo, penal e vicária, pois ele sofreu a punição do pecado, que os pecadores mereciam, no lugar deles. Essa satisfação da justiça de Deus foi prestada não apenas por meio dos sofrimentos de Cristo e de Sua morte (obediência passiva), mas também por meio de uma obediência positiva da Lei de Deus durante toda a Sua vida (obediência ativa), fazendo o que Adão não tinha conseguido fazer. Essa expiação providenciada por Deus, por meio de Cristo, chega ao pecador, não por uma transação meramente externa e comercial, mas pela união mística do pecador com Cristo, que se torna uma realidade por meio da fé. Essa visão da expiação recebe o nome de expiação penal vicária ou substituição penal.

Apesar dessa visão tão bíblica sobre a expiação, incoerentemente alguns reformadores, como Lutero (1483-1546), Zwinglio (1484-1531) e Calvino (1509-1564), não a viam como absolutamente necessária. João Calvino diz que a expiação só se tornou necessária por causa da vontade ou do decreto de Deus. Teodoro Beza (1519-1605) tinha a mesma visão, mas parece que no final da vida mudou de posição, passando a entender a expiação como absolutamente necessária.

Teólogos reformados posteriores e confissões reformadas, finalmente, foram coerentes com a expiação penal vicária e assumiram a necessidade absoluta da expiação. Homens como Turrentino e John Owen a defenderam no século XVII, baseando-a na justiça de Deus, um atributo divino pelo qual Ele necessariamente deve punir o pecado. O Catecismo de Heidelberg (1563), um dos três padrões doutrinários da Igreja Reformada, assim diz: “Pergunta 40: Por que Cristo devia sofrer a morte? Resposta: Porque a justiça e a verdade de Deus exigiam a morte do Filho de Deus. Não houve outro meio de pagar nossos pecados” (URSINOS, 2005, p.50). Os Cânones de Dort (1619), outro dos padrões doutrinários da Igreja

Reformada, afirma: “Artigo 1- A Justiça de Deus exige punição. Deus é não só supremamente misericordioso, mas também supremamente justo. E como Ele se revelou em Sua Palavra, sua justiça exige que nossos pecados, cometidos contra Sua infinita majestade, sejam punidos nesta vida e na futura, em corpo e alma. Não podemos escapar dessas punições a menos que seja satisfeita a justiça de Deus” (OS CÂNONES DE DORT, p.29). O Catecismo Maior de Westminster, um dos símbolos de fé das Igrejas Presbiterianas ao redor do mundo, também ensina a necessidade absoluta da expiação em suas perguntas 38, 39 e 40.

Assim, pode-se afirmar que a teologia reformada assume a posição de que a expiação realizada por Cristo é absolutamente necessária para que o homem seja salvo dos seus pecados, porque Deus não pode salvar um pecador sem que Sua justiça seja satisfeita.

5. CONCLUSÃO

Em toda essa exposição da necessidade da expiação no decorrer da história, pode-se perceber que esse foi um assunto bastante polêmico, dando origem a diversas opiniões. Diante de tantas posições diferentes assumidas pelos teólogos no decorrer da história, pode-se ficar um pouco confuso sobre qual delas expressa perfeitamente aquilo que Deus revelou em Sua Palavra. Afinal, segundo as Escrituras, a expiação foi absolutamente necessária ou não?

A Bíblia ensina que Deus é justo e Sua justiça exige que o pecado seja punido. Ele jamais inocenta o culpado (Ex 34.7; Pv 17.15; Na 1.3). Mas ela também ensina que Deus é amor (1Jo 4.8,16) e, segundo o beneplácito de Sua vontade, decidiu salvar uma multidão de pecadores dos seus pecados (Ef 1.3-14). Como Deus poderia salvar um pecador, perdendo o seu pecado, se a justiça de Deus exige que o pecado seja punido? Como Deus poderia perdoar um pecador sem incorrer em injustiça e, assim, negar-se a Si mesmo? A única forma seria se alguém sofresse a punição devida ao pecado no lugar do pecador. Assim, por amor, Deus deu o Seu único Filho (Jo 3.16) para que Ele vivesse e morresse no lugar de pecadores, satisfazendo, assim, a justiça de Deus (Rm 5.6-21). Somente por meio da expiação realizada por Jesus Cristo, Deus pode justificar o pecador e permanecer justo (Rm 3.25,26). Isso mostra que a expiação era absolutamente necessária, necessidade essa que decorre da própria natureza divina. Por isso Paulo argumenta em Gl 3.21 que, se a lei pudesse dar vida, a justiça seria mediante a lei. Em outras palavras, se houvesse outro meio pelo qual o homem pudesse ser salvo, a expiação de Cristo seria desnecessária. Mas não existe outro meio, motivo pelo qual a expiação foi realizada por uma necessidade absoluta. Finalmente, a própria Bíblia afirma que os sofrimentos e morte de Cristo eram necessários (Lc 24.26; Hb 2.10; 8.3; 9.22,23), necessidade essa que só pode ser absoluta diante do que foi exposto anteriormente.

Portanto, por meio dessa rápida análise das Escrituras, pode-se dizer com segurança que a Bíblia defende a absoluta necessidade da expiação. Assim, deve-se afirmar com o autor da Epístola aos Hebreus: “Sem derramamento de sangue, não há remissão” (Hb 9.22).

6. BIBLIOGRAFIA

BERKHOF, Louis. *A história das doutrinas cristãs*. São Paulo: PES, 1992.

_____. *Teologia Sistemática*. 3ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

DE BRÉS, Guido; URSINOS, Zacarias. *Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg*. 2ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

MCGRATH, Alister E. *Teologia histórica: uma introdução à história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

MURRAY, John. *Redenção consumada e aplicada*. São Paulo: Cultura Cristã, s.d.

OS CÂNONES DE DORT. São Paulo: Cultura Cristã, s.d.

SANTO ANSELMO. *Por que Deus se fez homem?* São Paulo: Novo Século, 2003.

SÍMBOLOS DE FÉ. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.